



Disponível em nosso site: https://sintius.org.br

Aposentados do INSS terão reajuste de 5,93% e teto vai para R\$ 7.507,49

Aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) com benefícios acima do salário mínimo (de R\$ 1.212 até 31 de dezembro de 2022) terão reajuste de 5,93% neste ano. O aumento será aplicado integralmente a aqueles que já estavam recebendo seus pagamentos em 1º de janeiro de 2022.

A lei 8.213, de 1991, estabelece que o valor dos benefícios pagos pelo INSS será reajustado, anualmente, com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que mede o impacto da variação de preços para as famílias com renda entre um e cinco salários mínimos.

O INPC de 2022, divulgado nesta terça-feira (10) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), também é usado para reajustar o teto do INSS, valor máximo dos benefícios previdenciários e das contribuições recolhidas à Previdência Social. Dos atuais R\$ 7.087,22, o teto deve subir para R\$ 7.507,49 em 2023.

À Folha o Ministério da Previdência confirma que os benefícios com valor acima do piso serão reajustados pelo INPC de 2022 e informa que vai divulgar portaria com o novo teto do INSS. "Portaria Interministerial está tramitando e em breve será publicada no DOU [Diário Oficial da União]", diz o órgão. Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 11 de janeiro.

Inflação fecha 2022 em 5,79% e estoura meta pelo segundo ano consecutivo

A inflação oficial do Brasil, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), fechou o ano de 2022 com alta acumulada de 5,79%, de acordo com dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nesta terça-feira (10).

Com os cortes de impostos sobre combustíveis e energia elétrica, o IPCA perdeu força em relação a 2021, quando havia subido 10,06%.

Apesar da trégua, os preços seguem em um patamar elevado para o bolso dos brasileiros. Pelo segundo ano consecutivo, o IPCA estourou a meta de inflação perseguida pelo BC (Banco Central).

A variação de 5,79% também surpreendeu o mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg esperavam uma alta menor, de 5,60%.

O centro da meta de inflação era de 3,5% no ano passado, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima (5%) ou para baixo (2%).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 11 de janeiro.

Inflação herdada e alta das commodities contribuíram para estouro da meta, diz BC

O presidente do BC (Banco Central), Roberto Campos Neto, afirmou em carta aberta divulgada nesta terça-feira (10) que o estouro da meta de inflação pelo segundo ano consecutivo se deve a cinco principais fatores, como inflação herdada do ano anterior, fenômenos globais e retomada na demanda de serviços e no emprego após a reabertura da economia.

Quanto à influência de pressões vindas do cenário internacional, agravadas pela eclosão da Guerra da Ucrânia, o BC citou a elevação dos preços de commodities, em especial do petróleo, desequilíbrios entre demanda e oferta de insumos, gargalos nas cadeias produtivas globais e choques em preços de alimentação.

"A elevação significativa da inflação em 2021 e 2022 para níveis superiores às metas foi um fenômeno global, atingindo a maioria dos países emergentes", disse.

Além da inércia da inflação do ano anterior, o BC também destacou a deterioração das expectativas de agentes do mercado financeiro, afetadas pelas pressões inflacionárias e pela perspectiva da manutenção ou propagação dos seus fatores.

De acordo com a autoridade monetária, suas projeções são de que a inflação acumulada em quatro trimestres prossiga a trajetória de queda ao longo de 2023.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 11 de janeiro.

Alta dos preços de energia deve pesar no consumo nos próximos trimestres, diz BCE

O Banco Central Europeu (BCE) prevê que a alta nos preços de energia, resultante da guerra da Rússia na Ucrânia, vai continuar pesando nos gastos com consumo da zona do euro nos próximos trimestres, segundo análise integrante do boletim econômico do BCE publicado nesta quarta-feira, 11.

"Uma vez que os preços de energia e a incerteza se mantêm elevados, o rendimento disponível real das famílias (deve ter diminuído) ainda mais na virada do ano, com efeitos negativos nas despesas com consumo e, em particular, nos bens duráveis, apesar do provável impacto positivo de um novo abrandamento de gargalos de oferta", diz o BCE.

O consumo de serviços também deverá se enfraquecer, apesar de sua relativa resiliência a aumentos nos preços de energia, à medida que os efeitos da reabertura econômica diminuírem gradualmente, acrescenta o BCE.

"De modo geral, isso aponta para uma dinâmica de consumo significativamente mais fraca no curto prazo, em linha com as projeções macroeconômicas de dezembro de 2022 elaboradas por especialistas do Eurosistema para a área do euro", conclui o BCE.

Saiba mais em: A Tribuna, quarta-feira 11 de janeiro.

Poupança rende mais que inflação pela primeira vez desde 2018

O recuo da inflação em 2022 trouxe uma boa notícia para os investidores da aplicação financeira mais tradicional do país. Pela primeira vez em quatro anos, a caderneta de poupança rendeu mais que a inflação.

Em 2022, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 5,79%, conforme divulgou nesta terça-feira (10) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O indicador é considerado o índice oficial de inflação, usado pelo Banco Central (BC) para definir a taxa de juros.

De acordo com a Calculadora do Cidadão, disponível na página do BC na internet, uma aplicação na caderneta de poupança rendeu 7,9% em 12 meses. O valor considera uma aplicação feita em 1º de janeiro do ano passado e que não foi mexida até 1º de janeiro de 2023.

A última vez em que a poupança tinha superado a inflação tinha sido em 2018, quando a caderneta havia rendido 0,85% acima do IPCA em 12 meses. Desde então, a combinação entre inflação alta e juros baixos corroeu o rendimento da aplicação mais popular no país. O pior momento ocorreu em outubro de 2021, quando o aplicador perdeu 7,59% contra a inflação no acumulado de 12 meses.

Apesar do rendimento acima da inflação, a poupança registrou desempenho inferior a outras aplicações de renda fixa. Os investimentos em Certificado de Depósito Bancário (CDB) renderam 12,25% no ano passado, 6,24 pontos percentuais acima da inflação. A caderneta, no entanto, superou a bolsa de valores. Num ano marcado por instabilidades, o índice Ibovespa subiu 4,69%, mas rendeu 1,04% a menos que o IPCA.

De março de 2021 a agosto de 2022, o BC elevou a taxa Selic (juros básicos da economia) de 2% para 13,75% ao ano. O IPCA, que até julho do ano passado superava os dois dígitos no acumulado em 12 meses, recuou após três deflações consecutivas (agosto, setembro e outubro) provocadas principalmente pelo corte de impostos em combustíveis, energia, telecomunicações e transporte coletivo. Esses dois fatores aos poucos reverteram a perda da poupança para a inflação.

Atualmente, a poupança rende 6,17% ao ano mais a Taxa Referencial (TR). Essa regra vale quando a taxa Selic está acima de 8,5% ao ano, o que ocorre desde dezembro do ano passado. Quando os juros básicos estão abaixo desse nível, a poupança rende apenas 70% da Selic.

Para 2023, a poupança continuará a ganhar da inflação. Na última edição do boletim Focus, pesquisa semanal com investidores divulgada pelo Banco Central, os analistas de mercado previam que o IPCA deve fechar este ano em 5,36%. Como o boletim Focus também prevê que a Selic encerrará 2022 em 12,25% ao ano, a caderneta continuará rendendo em torno de 7% no acumulado de 12 meses.

A melhoria do rendimento deve ajudar a conter a fuga recorde de recursos da poupança observada em 2022. No ano passado, os brasileiros sacaram da aplicação financeira R\$ 103,24 bilhões a mais do que depositaram. Saiba mais em: A Tribuna, quarta-feira 11 de janeiro.

SINOPSE SINTIUS 11-01-2023